

Clipping Diário

TJPI



24.06.2017



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	24.06.2017	02	RODA VIVA

Mutirão de execução fiscal

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí (CGJ-PI) implantou, nesta sexta-feira (23), regime de mutirão na 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da comarca de Teresina, com o fim de julgar todos os processos de Execução Fiscal que contam com pedido de desistência da ação proposta pela Procuradoria do Município (PGM). A estimativa é de que sejam extintos mais de 20 mil processos, cujos créditos passarão a ser cobrados por via extrajudicial, conforme prevê a Lei Complementar 4968/2016, de 26 de dezembro de 2016.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	24.06.2017	02	POLÍTICA

Wellington Dias garante legalidade do processo de licitação da CEAPI

Ithyara Borges e André Nascimento
Repórteres

O processo de licitação para subconcessão da Central de Abastecimento do Piauí (CEAPI), antiga Cea-sa, foi suspenso após uma liminar do desembargador Haroldo Rehem, do Tribunal de Justiça do Piauí. O processo já havia sido concluído e assinado o contrato entre o Governo do Estado e a empresa Brasil Frutt.

A ação foi motivada por denúncia feita pela empresa

Ten Engenharia, que alegou que o edital fere a livre concorrência. A ação da empresa questiona algumas exigências do edital, como a necessidade de comprovar que pode vender duas mil toneladas de hortifrutigranjeiros por mês, e a proibição da participação de consórcio de empresas.

O governador Wellington Dias (PT) se pronunciou a respeito da decisão do Tribunal de Justiça de suspender a concessão da Ceapi para a empresa Brasil Frutt. Ele de-

fendeu que houve uma falha na interpretação do processo, que se baseou na Lei de Licitações, quando o correto era se basear pela Lei de Concessões e de Parcerias Público Privadas.

Wellington afirmou que vai repassar todas as informações para a justiça e está confiante de que ela concederá a autorização para realizar o contrato. "Nossa equipe vai apresentar todos os argumentos e eu tenho confiança de que o judiciário vai perceber que trabalhamos com toda a legalidade", disse.

Governador disse que o Governo irá repassar todas as informações ao Judiciário e que está confiante em reverter a decisão que suspendeu licitação da Ceapi



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	24.06.2017	03	POLÍTICA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CNJ discute propostas para melhorar a eficiência do Judiciário

João Magalhães
Repórter

O integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Norberto Campelo, é coordenador do grupo de trabalho criado para discutir proposta para melhorar a eficiência da

prestação jurisdicional em sete tribunais com baixo desempenho no Justiça em Números, incluindo o Tribunal de Justiça do Piauí.

As propostas foram discutidas pelo conselheiro Norberto Campelo, que também preside a Comissão Permanente de

Eficiência Operacional e Gestão do CNJ, e por representantes de cinco tribunais estaduais, em reunião na última quarta-feira (21), que contou com representantes piauienses.

A iniciativa atende tribunais com baixo desempe-

nho no relatório Justiça em Números, na série histórica apurada entre 2012 e 2015 – são os Tribunais de Justiça do Amazonas (TJ-AM), de Alagoas (TJ-AL), da Bahia (TJ-BA), do Espírito Santo (TJ-ES), do Rio Grande do Norte (TJ-RN), de Roraima

(TJ-RR) e do Piauí (TJ-PI). Segundo o conselheiro, nos próximos dias serão disponibilizadas as informações colhidas nas visitas aos tribunais. “O projeto estuda inovações de gestão processual e de tribunais e trará boas práticas em áreas

como organização de setores e desenvolvimento de competências”, disse Norberto Campelo. Os estudos do CNJ contam com apoio de uma consultoria da Grã-Bretanha para “Melhoria da eficiência e do Desempenho do Judiciário Brasileiro”.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 GRAUS	24.06.2017	-	BrJus

Novo Fórum da Comarca de Picos já está com 14.75% da obra construída

Já está em avançado estado de construção a obra do novo Fórum da Comarca de Picos. A nova unidade judiciária tem área total de 3.900m² e uma estrutura construída em uma área de 2.500m².

O Presidente do TJ-PI, Desembargador Erivan Lopes, informou que o Fórum terá 2 pavimentos, 5 Varas completas, 1 Juizado Cível e Criminal e 1 auditório para Tribunal do Júri.

“Destaco também que já está em estudo no Setor de Engenharia do TJ-PI a ampliação do Fórum para atender a mais 2 Juízes Auxiliares e Audiência de Custódia. A ampliação vai aumentar o Fórum em mais 1.000m²”, comenta o Presidente Erivan Lopes.

A obra vai custar R\$ 7 milhões, dos quais já foram pagos R\$ 1 milhão em três parcelas. 14,75% da obra já está construída.

A previsão para a entrega da obra física é em dezembro de 2017.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 GRAUS	24.06.2017	-	BrJus

Ministério Público move Ação Penal contra ex-prefeito de Marcos Parente

O Juiz de Direito da Comarca de Marcos Parente - PI, Breno Borges Brasil, recebeu uma denúncia do Ministério Público Estadual contra o ex-prefeito Manoel Emídio de Oliveira e um empresário do estado de Pernambuco, Mario Wagner Coelho de Moura.

Na Ação Penal o ex-prefeito e o empresário são acusados de "Crimes da Lei de licitações". O Juiz encontrou indícios de autoria e materialidade dos crimes e determinou um prazo de 10 dias para os réus responderem a acusação.

O ex-prefeito Manoel Emídio, que teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em novembro de 2016, também responde a outro processo; uma Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa que está parada no Tribunal de Justiça do Piauí.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CIDADE VERDE	24.06.2017	-	POLÍTICAS

Governador reage a decisão do TJ e garante que licitação na Ceapi é legal

O governador Wellington Dias (PT) garantiu nesta sexta-feira (23) que o contrato de concessão na Ceapi (Central de Abastecimento do Piauí) é legal e foi realizado de acordo com a legislação das PPPs (Parceria Público Privado). Ele informou ainda que vai recorrer da decisão.

Ontem, o desembargador Haroldo Rehem, do Tribunal de Justiça do Piauí concedeu liminar suspendendo o processo de licitação e anulando o contrato do governo do Estado com a empresa Brasil Frutt.

Compreendi que houve uma decisão do desembargador Haroldo Rehem em que ele recebeu uma denúncia e como processo está em andamento ele pediu para suspender enquanto recebe informações. O que é colocado é como se houvesse falhas na lei das licitações, ocorre que não é uma licitação é com base na lei das PPPs (Parceria Público Privada), com base na lei das concessões e vamos apresentar todas as informações. Eu confio no judiciário e se Deus quiser vamos fazer o contrato”, declarou Wellington Dias.

A suspensão da licitação foi determinada ontem depois de um mandado de segurança foi impetrado junto ao TJ pela empresa Ten Engenharia, com sede na Bahia. A empresa acionou a justiça alegando que o edital da licitação para a PPP (Parceria Público Privado) fere a livre concorrência.

Wellington Dias acrescentou que a concessão da Agespisa também já foi questionada na Justiça, que foi favorável ao processo adotado. “Acabamos de ter uma decisão no sistema de saneamento na instância superior, o Supremo nos dando as condições, porque reconhece como legal o processo para as contratações. Eu tenho convicção que nós vamos ter o contrato na nossa Ceasa para o Estado do Piauí”, declarou.

A declaração foi dada durante a solenidade de comemoração aos 182 anos da Polícia Militar. Ele agradeceu aos policiais que formam a corporação e disse já houve muitos avanços.

“Quero agradecer a cada homem e cada mulher que com muita dedicação pela Polícia Militar do Piauí. Todo o esforço que o governo vem fazendo, se empenhando desde 2003 para cá para fazer a qualificação e recomposição dos policiais. Só em 2015 e 2016 foram contratados mil policiais civis e militares. Temos as condições de melhorar mais e mesmo em um momento de grande desafio podendo ter promoções e reajustes salarial garantindo recursos humanos”, afirmou.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL AZ	24.06.2017	-	ARIMATÉIA AZEVEDO

Cartórios

A vereadora Graça Amorim (PMB) reagiu ao novo adiamento do julgamento que trata sobre o concurso dos cartórios do Piauí. Ela disse que “é uma decepção” o fato de mais uma vez o pleno do Tribunal de Justiça não definir os rumos do certame. Eita certame que não tem fim!

Boa notícia

Mas o corregedor geral de Justiça, desembargador Ricardo Gentil, já determinou para o dia 29, próxima quinta-feira, a inclusão do processo na pauta de julgamento do Pleno.

Ufanismo

Informe da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça dá conta de que 14,75% da obra do Fórum de Picos já estão construídos, o correspondente a parte de alicerce e que a previsão para que a obra fique pronta é dezembro deste ano. Considerando que faltam ainda 85,25% da obra, no TJ-PI pode até falta dinheiro, mas não falta otimismo.